

A PRESENÇA DA INTERROGAÇÃO NO TEXTO OPINATIVO: REFLEXÕES SOBRE O *ETHOS* DISCURSIVO

Anderson Cristiano da SILVA
(EE Prof. Alceu Maynard Araújo – SEE/SP)
andcs23@ig.com.br

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar a possibilidade de percepção do ethos discursivo através dos sinais de pontuação. A base teórica dessa pesquisa parte da concepção bakhtiniana de linguagem e das contribuições da Análise do Discurso de linha francesa como procedimento de análise. Como corpus desta investigação, utilizamos um artigo opinativo do colunista Clóvis Rossi (Folha de S. Paulo). Como resultado, esta reflexão permitiu-nos observar o convite aos interlocutores por uma determinada posição discursiva, pois a persuasão argumentativa é construída através do discurso, onde interagem signos linguísticos e ideográficos (pontuação).

PALAVRAS-CHAVE: ethos discursivo; pontuação; dialogismo; constituição de sentido.

ABSTRACT: This paper aims at analyzing the plausibility of grasping the discursive ethos through punctuation marks. The theoretical basis of this research derives from the bakhtinian conception of language and the contributions of the French-oriented research line on Discourse Analysis as far as analysis procedures are concerned. The corpus of this inquiry is an opinion article written by the columnist Clóvis Rossi (Folha de S. Paulo). As a result, our research allowed us to point out that the interlocutors are invited to take a certain discursive position. Therefore, the argumentative persuasion is constructed through the interaction between linguistic signals and punctuation marks.

KEYWORDS: discursive ethos; punctuation; dialogism; meaning

0. Introdução

Esta investigação objetiva discutir a possibilidade de percepção do *ethos* discursivo (Amossy, 2005; Maingueneau, 2001, 2005, 2008) através da interação entre os signos linguísticos e os sinais de pontuação. Dessa maneira, propusemo-nos analisar marcas deixadas pelo locutor (Clóvis Rossi) na materialidade linguística e que também

nos possibilitaram perceber o caráter dialógico no gênero artigo opinativo.

Ao suscitarmos as questões ligadas ao emissor do texto escrito, como a presença da subjetividade e da dialogia (Bakhtin, 1992), do mesmo modo, não podemos deixar de refletir a questão da representação de si que o próprio locutor engendra em seu discurso. Neste caso, nas análises do material linguístico impresso, a percepção do *ethos* discursivo é um recurso que nos auxilia a entender as questões relacionadas aos efeitos de sentido em textos midiáticos.

Além disso, precisamos considerar a relação existente entre quem escreve (locutor) e quem lê (interlocutores), pois Rossi trabalha em um dos mais importantes jornais do país (*Folha de S. Paulo*). Neste contexto, o locutor é privilegiado por um espaço fixo no periódico, no qual é autorizado a discorrer sobre determinados assuntos.

Dessa forma, explicitaremos as questões ligadas à concepção de *ethos* apreendida nesta pesquisa e também sua relação específica com nosso objeto de investigação, que é a presença da interrogação finalizando um artigo opinativo¹.

1. O caráter dialógico da linguagem e a constituição de sentidos na mídia impressa

A concepção de dialogismo encontrada na obra de Bakhtin (op cit) é um dos conceitos que contribuem para esta análise, uma vez que a visão dialógica de linguagem vem corroborar na compreensão do relacionamento existente entre os enunciados, dos quais a pontuação é parte intrínseca.

Ao analisarmos a constituição de sentidos no texto jornalístico, temos que levar em consideração a questão dialógica, pois compreendemos como parte inerente à interlocução. Se pensarmos que o discurso presente nos jornais exibe diferentes perspectivas, qualquer assunto que esteja sendo abordado também passará pela visão do outro.

De acordo com Barros (1994), só se pode compreender o dialogismo como algo interacional pelo deslocamento do conceito de sujeito. Para Bakhtin (op cit), o sujeito é visto como sujeito discursivo, pois é formado pelos discursos, nos quais estão presentes diferentes vozes sociais.

¹ O projeto original desta pesquisa partiu da observação de sete textos opinativos que Clóvis Rossi finalizou com um sinal de interrogação no mês de junho de 2008. No entanto, como este artigo possui um espaço restrito, elegemos trabalhar com mais profundidade apenas um artigo e refletir superficialmente sobre os outros seis excertos que finalizaram os artigos do jornalista.

Quando se escreve, o locutor tem dentro de si a imagem de um provável leitor e por isso ele faz uso de determinadas palavras e até mesmo de certas pontuações para atingir este receptor. Este processo aparentemente parece ser algo consciente, mas ao construir seu discurso, o colunista pauta-se pela alteridade, imaginando as atitudes responsivas de seus prováveis interlocutores.

No que tange às afirmações acima, as relações persuasivas na interlocução influenciam a interpretação do leitor. Ratificando esta ideia, as concepções bakhtinianas nos levam à compreensão do “papel do ‘outro’ na constituição do sentido ou sua insistência em afirmar que nenhuma palavra é nossa, mas traz em si a perspectiva de outra voz” (Barros, 1994: 3).

Outro ponto nodal nesta análise é o entendimento que se tem sobre efeitos de sentido na teoria discursiva. Segundo Possenti (1997), o sentido era concebido como mensagem, visto como algo acabado e imanente.

Tal maneira de ver o sentido – como mensagem codificada – deve ser substituída pela de “efeitos de sentido” entre interlocutores (Pêcheux 1969:82), o que só faz sentido, evidentemente, para começar, em uma concepção de linguagem que considera de alguma forma a enunciação. Que um tal quadro é pelo menos implicitamente considerado por Pêcheux, pode-se ver imediatamente pela presença dos interlocutores entre os ingredientes relevantes para a ocorrência de um efeito de sentido (p. 723).

Corroborando com o excerto acima, Orlandi (2005) explicita a funcionalidade da pontuação, tomando como parâmetro o sujeito que interpreta a materialidade linguística. Ao trabalharmos com linguagem, temos que considerar a incompletude dos sentidos, pois os enunciados não são estáticos, uma vez que estão em constante movimento.

Inseridos nessa proposta, objetivamos analisar a pontuação em relação aos efeitos de sentido no discurso, esta visão sobre os sinais de pontuação extrapola as definições que são apresentadas nos manuais de gramática (Cegalla, 2000; Giacomozzi, San-Martin, Valério, Reda, 2004). Sob outro aspecto (Orlandi, 2005):

Tomando a pontuação como vestígio da textualização, pelo jogo da interpretação, nós observamos como o sujeito se articula a um discurso, como ele inscreve em uma formação discursiva, comprometendo-se com uma certa filiação de sentidos, ao fazer certos gestos de interpretação, produzindo dessa maneira um

texto específico, em seus limites aparentes (ou seja, imaginários) (p. 113).

Sendo assim, o manejo com a linguagem requer um bom domínio no uso da pontuação. No caso, este domínio não pode estar ligado apenas às questões de nomenclaturas gramaticais, mas tem-se que pensar no sentido, produto final de qualquer interação discursiva.

2. A concepção de *ethos* e sua relação com o discurso

Dentro das noções existentes sobre *ethos*, adotamos o viés discursivo, entendido como um dos fatores relevantes na construção dos sentidos e no direcionamento das leituras. Por conseguinte, a concepção de *ethos* apreendida nesta pesquisa distancia-se da aplicada na retórica aristotélica, pois sob a perspectiva de Maingueneau, este conceito está atrelado às questões referente ao discurso. Dessa forma, os problemas na elaboração deste conceito (Maingueneau, 2008) ocorrem:

[...] do fato de que, na elaboração do *ethos*, interagem fenômenos de ordens muito diversas: os índices sobre os quais se apóia o intérprete vão desde a escolha do registro da língua e das palavras até o planejamento textual, passando pelo ritmo e a modulação. O *ethos* se elabora, assim, por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material lingüístico e do ambiente (p.16).

Sendo assim, é na relação entre (inter)locutores que se dá a constituição de sentidos, porém, Maingueneau adverte-nos que a ideia sobre o *ethos* não pode ser usada de forma simplista. Este conceito está ligado à interação enunciativa, todavia, “não se pode ignorar que o público constrói também representações do *ethos* do enunciador *antes mesmo que ele fale*” (Maingueneau, 2008: 15).

Dessa forma, preexiste um *ethos* pré-discursivo. Além disso, há uma complexidade inerente ao analisarmos textos midiáticos impressos, uma vez que (Maingueneau, op cit):

Todo texto escrito, mesmo que o negue, tem uma “vocalidade” que pode se manifestar numa multiplicidade de “tons”, estando eles, por sua vez, associados a uma caracterização do corpo do

enunciador (e, bem entendido, não do corpo do locutor extradiscursivo), a um “fiador”, construído pelo destinatário a partir de índices liberados na enunciação (p.17 - 18).

Em consonância com o quadro acima, existem diferentes modos de observar a diversidade de enunciados presentes em um determinado discurso. Entre as possibilidades citadas, ratificamos a existência de outras vozes nas quais podemos observar a demarcação explícita da heterogeneidade na superfície textual, e com elas as variações de tom presentes no discurso (Silva, 2009).

A representação de si no ato enunciativo acaba deixando transparecer o tom no discurso. Desse modo, como a pontuação apresenta-se como um recurso textual importante, é também através dela que conseguimos perceber as nuances de tom.

Nestes termos, também podemos considerar que um simples sinal de interrogação possa ser um índice enunciativo, pois a partir de determinada pontuação, o locutor desdobra-se, interagindo com seu interlocutor.

É também através de índices discursivos explícitos que conseguimos inferir as situações implícitas, nas quais podemos perceber a representação que o emissor faz de si no discurso. “Assim sendo, as escolhas lexicais são pistas do lugar social e ideológico de onde os sujeitos enunciam, da posição que ocupam em um dado discurso” (Cavalcanti, 2008:174).

Em consonância com tais colocações, podemos perceber na superfície textual uma interação constante entre os signos linguísticos e ideográficos. Desse modo, consideramos também que os sinais de pontuação auxiliem na percepção do *ethos* discursivo, subsidiando a construção da imagem que o sujeito articula de si mesmo.

Maingueneau, ao discorrer sobre a noção de *ethos* discursivo, nos dá ferramenta para analisar os modos de dizer dos sujeitos. No caso específico deste trabalho, analisar os modos de dizer do jornalista Clóvis Rossi no ato de enunciação. Sob outro aspecto, cabe ressaltar que os interlocutores têm uma participação ativa neste processo, uma vez que atribuem a ele um *ethos* pré-discursivo antes do momento de enunciação (Maingueneau, 2008).

O *ethos* de um discurso resulta da interação de diversos fatores: *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo (*ethos mostrado*), mas também os fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos dito*) – diretamente (“é um amigo que lhes fala”) ou indiretamente, por meio de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala, por exemplo. A distinção entre *ethos dito* e

mostrado se inscreve nos extremos de uma linha contínua, uma vez que é impossível definir uma fronteira nítida entre o “dito” sugerido e o puramente “mostrado” pela enunciação. O *ethos efetivo*, construído por tal ou qual destinatário, resulta da interação dessas diversas instâncias (p.18-19).

Desse modo, precisamos considerar que não basta analisar as marcas discursivas deixadas em um momento enunciativo; ao trabalharmos com a noção de *ethos*, necessitamos observar outros elementos que compõem a cenografia existente. Neste caso, faz-se pertinente a reflexão sobre a esfera midiática que envolve nosso *corpus*.

Queremos ressaltar neste ponto, que o conceito de cenografia utilizado nas análises, parte da concepção de Mainguenu que relaciona a palavra com a cena enunciativa e não com a conotação teatral. Assim, considera-se a interação do discurso a partir da posição dos (inter)locutores em um determinado tempo e espaço.

3. Descrição do texto opinativo na mídia impressa

Ao elencarmos um texto provindo da mídia impressa como objeto de estudo, faz-se necessário um olhar mais crítico sobre a mídia, dada a sua relevância em nosso cotidiano. As pessoas estão sempre em contato com o ambiente midiático, mas, muitas vezes, não dão importância a intensidade de interferência que a mídia pode causar na sociedade.

De acordo com Silverstone (2002), o entendimento da mídia como processo também compreende nosso reconhecimento do poder que possui através de seu alcance e velocidade. Hoje, o processo de mediação pode ser compreendido também como algo político, no qual se reconhece o poder e prestígio de certos grupos empresariais.

O ambiente midiático é fato intrínseco em nossa sociedade, pois nos permite exprimir e interagir das mais variadas maneiras. Nesse sentido, também os textos presentes na esfera jornalística representam formas de interação entre interlocutores.

O estudo de textos midiáticos compreende o reconhecimento do caráter material e simbólico no qual eles estão inseridos. “Estudar a mídia é estudar esses movimentos no espaço e no tempo e suas inter-relações” (Silverstone, 2002: 25).

Estes fatores (espaço/tempo) contribuem na inter-relação de sentidos da qual escritor e leitor fazem parte. Como é de consenso, a aceitação ou não de determinado discurso depende da constituição dos sujeitos, pois “nossas respostas à mídia, tanto em particular como em geral, variam por indivíduo e segundo os grupos sociais de acordo com

sexo, idade, classe, etnia, nacionalidade, assim como ao longo do tempo” (Silverstone, 2002: 27).

Este processo de reflexão sobre a mídia não visa à mera compreensão dela, mas das conseqüências advindas dessa mediação. Segundo Silverstone (op cit):

A mediação implica o movimento de significado de um texto para outro, de um discurso para outro, de um evento para outro. Implica a constante transformação de significados, em grande e pequena escala, importante e desimportante, à medida que textos da mídia e textos sobre a mídia circulam em forma escrita, oral e audiovisual, e à medida que nós, individual e coletivamente, direta e indiretamente, colaboramos para sua produção (p.33).

A interação entre escritor e leitor passa pelo suporte midiático e isso representa riscos, pois, como diz Silverstone, representa: “Questionar o dado-por-certo. Mergulhar abaixo da superfície do significado” (2002: 35).

Neste questionamento sobre os significados, os meios de comunicação de massa representam um espaço onde os significados não são estáveis, pois enunciados dialogam entre si e isso pode acarretar em efeitos de sentido diferentes.

Sob outro aspecto, ao trabalharmos com a mídia, temos que levar em consideração a confluência resultante de dois componentes; um, relacionado ao campo linguístico e outro, ao contexto social. Desse modo, “não se pode chegar à construção da significação discursiva sem o estudo de um ou outro desses componentes” (Charaudeau, 1996: 6).

Sob o ponto de vista de nossa análise, os efeitos de sentido provindos da relação existente entre os sinais de pontuação e os signos linguísticos também devem ser considerados, pois, segundo Charaudeau (op cit):

Aceitar a existência de um sentido relacional e de uma dimensão implícita da significação discursiva é aceitar que existe um “fora da linguagem” (realidade extralingüística) que se combina de modo pertinente (mesmo se não sabemos bem como) com o local da manifestação discursiva (p.8).

Em decorrência desta aceitação, analisar os textos de mídia impressa por esta abordagem representa considerar outros elementos,

como a subjetividade dos sujeitos e suas implicações no discurso (Brandão, 1997).

Sob o olhar das ciências humanas, o discurso das mídias é a materialização linguística dos enunciados em determinadas condições de produção do sentido, nessa complexa rede de enunciação. Há de se considerar a relação com público em que determinado discurso é escrito para atingi-lo. Charaudeau (2006) ratifica esta ideia, quando indaga sobre a correspondência de sentido no ato de comunicação em que os efeitos enunciados não são atingidos, visto não existir um interlocutor ideal.

Segundo Charaudeau (op cit), o ato de comunicação é baseado na troca de duas instâncias: de produção e de recepção. Como o próprio autor afirma o resultado do ato comunicativo depende das intenções que se estabelecem entre estas duas instâncias, pois segundo ele:

Isso determina três lugares de pertinência: o da instância de produção, submetida a certas condições de produção; o da instância de recepção, submetida a condições de interpretação; o do texto como produto, que se acha, enquanto tal, submetido a certas condições de construção (p. 24).

Ao analisarmos, num primeiro momento, as ideias de Charaudeau (op cit) sobre o lugar das condições de recepção, podemos notar que o alvo da comunicação é um ser idealizado, i.e., um destinatário ideal.

Dentro destas afirmações, a pontuação torna-se um elemento de extrema importância na construção de significados, visto a necessidade da colocação de sistemas ideográficos que possibilitem o sentido desejado, mesmo com a expressiva heterogeneidade de sujeitos.

Ao propormos problematizar a questão da importância da pontuação e seus efeitos de sentido no discurso, teríamos que encontrar exemplos reais e de relevância social. Dada à problemática, elegemos a esfera jornalística como canal legítimo e corrente no uso das pontuações para o desenvolvimento de nosso trabalho.

Os sinais ideográficos (pontuação) em interação com os signos lingüísticos permitem a atribuição de sentidos no discurso, esta leitura, que não é concebida como única e verdadeira, só é possível de acordo com o sujeito que está lendo. Desta forma, não é possível afirmar que exista uma única forma de ler ou significar algo. Conforme Brito (2006) afirma:

Todo texto abre um leque de possibilidades de interpretação, que, obviamente, apresenta pontos de convergência ou de intersecção,

pois não é possível atribuir sentidos ao texto sem que haja do processo intelectual textual, ou seja, do processo de construção de sentidos (p.159).

Temos então como objetivo refletir o papel da pontuação no discurso das mídias impressas e para tanto, faremos uso dos gêneros discursivos presentes na esfera jornalística (Brito, op cit), tendo em vista o pressuposto que toda comunicação humana é expressa através de um gênero. Nesse ponto, a esfera jornalística é um suporte que proporciona ao leitor contato com diferentes gêneros e a possibilidade de reflexões sobre os signos lingüísticos e ideográficos.

4. A pontuação e a constituição de sentidos

Ao relacionarmos a importância dos sinais de pontuação e a constituição de sentidos em textos midiáticos, tomamos como base teórica o viés bakhtiniano de linguagem. Nesta perspectiva, evidenciou-se o caráter dialógico do texto e as relações entre os (inter)locutores, além disso, não podemos deixar de pensar também na subjetividade e heterogeneidade que emergem no texto escrito.

Além de ser parte da leitura, a pontuação é um instrumento importante, pois agiliza a compreensão de acordo com o que o autor pretende dizer, além disso, os sinais de pontuação dão ritmo ao texto e permitem a fluidez da leitura.

O que pode nos causar estranheza é a falta de importância que se dá aos sinais que estão presentes em todo texto escrito no qual representam algo fundamental para a constituição de sentido. Sobre a pontuação, Durrenmatt (2000) afirma:

Instrumento ou agente do ritmo, do poder, do silêncio em todas as suas dimensões, a pontuação resiste, reclama que se escreva sua história, que se precisem as táticas; que se mostre como suas nuances são constitutivas de toda interrogação sobre a língua (p.3, tradução nossa).

Consoantes ao excerto, pretendemos trazer à tona a discussão sobre as nuances entre a pontuação e a língua escrita. Dessa forma, nos delimitaremos a discorrer sobre alguns sinais de pontuação, dos quais chamamos a atenção para o sinal de interrogação, pouco estudado nos estudos discursivos.

Além disso, ao delimitarmos o texto opinativo da mídia impressa como fonte de nosso *corpus*, fazemos por bem explicitar alguns pontos importantes que norteiam a estrutura do jornal.

Dada à heterogeneidade de seus leitores, a *Folha* preza por um texto de fácil leitura, embora o periódico tenha um público-alvo, pode ser lido por qualquer pessoa (independente da classe social ou formação acadêmica).

Segundo o manual de redação do periódico, os colaboradores da *Folha de S. Paulo* devem poupar trabalho ao leitor, tentando deixar o texto o mais claro possível, sem imaginar, supor ou julgar um conhecimento prévio que o leitor possa ter sobre o assunto em discussão.

Outro ponto importante em nossa pesquisa é a objetividade do texto. O manual da *Folha* prescreve a inexistência da objetividade no jornalismo e reconhece a presença da subjetividade no processo de criação, pois “ao redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma uma série de decisões que são em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções” (Folha de S. Paulo, 1987:34).

Porém o periódico orienta os colaboradores a procurarem uma objetividade possível através de vários procedimentos, dessa forma o possível não significa uma objetividade absoluta, mas uma busca por ela.

Como vimos acima, não há uma recomendação consistente sobre o uso da pontuação na escrita da mídia impressa, pelo menos neste periódico. Dessa forma, os casos que fogem das regras prescritas pelo manual da *Folha* (op cit) ficam a critério e discernimento dos autores dos textos, o que nos revela inúmeras possibilidades de análise e evidencia ainda mais os traços de subjetividade.

Apesar de autores de textos jornalísticos pautarem-se pelos manuais de orientação e pela gramática normativa, o estilo de cada autor acaba transparecendo na materialidade linguística em que a subjetividade faz-se presente.

Sob outro aspecto, ao consultarmos alguns manuais e gramáticas (Cegalla, 2000; Giacomozzi et al, 2004) que prescrevem o uso das pontuações, encontramos apenas uma orientação normativa sobre o emprego destes sinais.

Especificamente sobre o ponto de interrogação, não encontramos muitas recomendações, além das citadas abaixo (Cegalla, op cit):

1. Usa-se no fim de uma palavra, oração ou frase, para indicar pergunta direta, que se faz com entonação ascendente [...];
2. Aparece, às vezes, no fim de uma pergunta intercalada, que pode, ao mesmo tempo, estar entre parênteses (p.396).

Como vimos, quando nos habilitamos a discorrer sobre a função subjetiva da interrogação, esclarecemos não haver uma regra ou definições certas para o uso deste sinal, visto que os signos ideográficos (Dahlet, 2006) são empregados de acordo com a tessitura do discurso.

A reflexão sobre o gênero artigo opinativo também proporciona um material propício para se analisar e perceber as diferentes vozes e os tons que despontam no fio do discurso. Nesta complexidade linguística, verifica-se que os sinais de pontuação destacam-se como ferramentas para articulação dos sentidos.

Assim, considerados como signos ideográficos e ligados à produção de sentido, os sinais de pontuação comportam-se como elos na cadeia enunciativa. Dessa maneira, pontuar é mais do que colocar sinais gráficos de acordo com critérios estritamente sintáticos. A prática de reduzir o uso da pontuação à sintaxe é limitar a importância deste conteúdo, é deixar de valorizar estes sinais como marcas de subjetividade no discurso.

5. Análise do *corpus*: perguntas que dialogam com os interlocutores

Em primeiro lugar, gostaríamos de salientar que nossa análise teve como base o texto intitulado “Leia o Rossi, por favor”²; num segundo momento, discorreremos de forma breve sobre seis excertos que finalizaram outros artigos de Rossi e que tiveram por incidência a presença do sinal de interrogação. Dessa maneira, cabe-nos explicitar que os fragmentos apresentados como exemplos (E2. até E7.) correspondem a excertos de diferentes artigos que sustentaram nossa hipótese de investigação.

Ao tentarmos refletir sobre a percepção do *ethos* discursivo e os sinais de pontuação nos textos de Clóvis Rossi, ratificamos a predileção do sujeito-autor por comentários de cunho socioeconômico.

Dessa forma, ao discutirmos sobre o artigo de Rossi, necessariamente temos que considerar os fatores externos à enunciação, uma vez que estes fatos podem influenciar as esferas de produção e recepção do enunciado. Além disso, faz-se pertinente a exposição integral de nosso *corpus* em consonância com a proposta bakhtiniana de análise em interface com o conceito de cenografia de Maingueneau.

Ao mesmo tempo, ao engendrar seu *ethos* no fio do discurso, o jornalista utiliza de alguns recursos como os sinais de pontuação para o desdobramento da dialogia, ou seja, nesta relação do eu com o outro, Rossi considera também a diversidade de seus leitores. Assim, ao

² Artigo integral em anexo.

estruturar o discurso, leva em conta um leitor ideal e também o leitor não esperado.

Além do aspecto interacional entre os sujeitos do discurso, temos também que considerar a perspectiva institucional em que o articulista está vinculado. Dessa maneira, ao discutir um texto opinativo deve-se distinguir o sujeito-pessoa do sujeito-autor da *Folha de S. Paulo* (visto que a posição discursiva de um mesmo sujeito pode influenciar suas relações dialógicas e a constituição de sentidos).

Sob esse aspecto, o *ethos* revela-se igualmente como subsídio para a observação da subjetividade e dialogia presentes no texto. Ao estar vinculado a uma mídia impressa de grande abrangência, o locutor impõe sua credibilidade ante aos interlocutores, convidando-os a compartilhar (ou até mesmo refutar) sua posição em relação ao assunto em voga.

Complementando nossa linha de raciocínio a partir da perspectiva dialógica da linguagem, na qual o momento sócio-histórico faz parte da cenografia enunciativa, tomamos a liberdade de ambientar o contexto que envolve o texto opinativo em análise. Dessa maneira, o enfoque dado ao cenário mundial está relacionado à posição em que o autor se encontra, porque Clóvis Rossi está em Roma, na Itália; esse é um fato relevante, uma vez que está distanciado do contexto nacional, porque está cobrindo o evento da cúpula mundial da FAO na Itália.

Antes de iniciarmos a análise, verificamos logo no título do artigo uma construção irônica, pois o autor pede educadamente aos leitores para lerem o Rossi, não ele mesmo, mas um filósofo e jurista italiano que possui o mesmo sobrenome.

Dessa forma, este traço de linguagem mostra um ponto de vista que demanda tanto do locutor quanto do interlocutor uma competência discursiva para entender a ironia existente no texto. Para tanto, segundo Brait (1996):

[...] o ironista, o produtor da ironia, encontra formas de chamar a atenção do enunciatário para o discurso e, através desse procedimento, contar com sua adesão. Sem isso a ironia não se realiza. O conteúdo, portanto, estará subjetivamente assinalado por valores atribuídos pelo enunciador, mas apresentados de forma a exigir a participação do enunciatário, sua perspicácia para o enunciado e suas sinalizações, por vezes extremamente sutis. Essa participação é que instaura a intersubjetividade, pressupondo não apenas conhecimentos partilhados, mas também pontos de vista, valores pessoais ou cultural e socialmente comungados ou, ainda, constitutivos de um imaginário coletivo. É a organização discursivo-textual que vai permitir esse chamar a atenção sobre o enunciado e, especialmente, sobre o sujeito da enunciação (p. 105).

Neste intercâmbio de vozes, a ironia desmascara a pretensa objetividade do texto midiático, cuja forma de construção (d)enuncia o desdobramento do dizer e a forma de opacificação do discurso.

Isso mostra-nos que os impactos resultantes do emprego de determinada pontuação advém de um processo subjetivo, que escapa a qualquer ordem normativa, e que também dependem de fatores externos ao momento de enunciação.

No início do texto, logo no primeiro parágrafo, percebemos colocações explícitas dos parênteses que deixam transparecer a subjetividade do locutor e podem explicitar a heterogeneidade discursiva presente na tessitura do texto.

Além disso, o locutor ainda brinca quando coloca entre parênteses a seguinte informação: “nenhum parentesco, que eu saiba”. Dessa forma, verifica-se um tom mais intimista com os interlocutores, trazendo uma aproximação maior com os leitores que estão acostumados a acompanhar a coluna do referido jornalista.

Na sequência, o colunista reproduz o discurso de Guido Rossi em três parágrafos subsequentes nos quais esclarece a relação entre a crise alimentar mundial e os interesses das multinacionais da agroalimentação e da biogenética.

Após a apresentação de trechos da entrevista dada pelo filósofo italiano, Clóvis Rossi finaliza seu artigo questionando sobre os interesses entre ricos e pobres e explicita seu pessimismo quanto à eficácia deste discurso. Assim, o autor faz um questionamento no último parágrafo:

E1. Será que ele conhece os filósofos brasileiros, parte dos quais, em vez da metafísica, se refugiou em teorias conspiratórias imbecis em vez de pensar esse mundo complicado que nos toca viver?

ROSSI, Clóvis. Leia o Rossi, por favor. Caderno de Opinião. A2. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 jun. 2008.

Neste excerto, o autor faz referência à derrubada da CPMF no congresso nacional. Nesta parte, o jornalista deixa transparecer um *ethos* intimista, pois questiona, assim, os leitores que acompanham os fatos políticos no Brasil. Ao fazer uma articulação com a pergunta de Rossi, é preciso que o leitor esteja contextualizado com os acontecimentos sociopolíticos nacionais, além de acompanhar com frequência a coluna do jornalista.

Dessa forma, o sinal de interrogação, ao finalizar o parágrafo, remete-nos a um *ethos* de compartilhamento, pois tenta fazer os interlocutores do artigo partilharem seu ponto de vista.

Podemos pensar que Clóvis Rossi insere-se de forma mais direta para estabelecer um diálogo entre o sujeito-repórter (objetivo) e o outro

sujeito que se apóia em suas crenças subjetivas, o cidadão; uma vez que explicita seu descontentamento quanto à atuação do governo brasileiro.

Além disso, com a inserção da pergunta retórica, percebe-se um desdobramento do sujeito enunciador num duplo de si mesmo, incorporando possíveis intervenções do leitor no texto. Neste caso, a heterogeneidade do artigo também é (d)enunciada pelo tipo de pontuação empregada na superfície textual, assim os parênteses apresentam-se como recursos visíveis na materialidade linguística e que nos possibilitam observar a interação com o interlocutor.

Além de observar a presença da interrogação finalizando o artigo que ora discutimos, também comentaremos de forma breve algo inusitado que nos motivou a desenvolver esta pesquisa.

Ao desenvolver nossa dissertação de mestrado sobre a relação entre os sinais de pontuação e os efeitos de sentido através do viés bakhtiniano, acompanhamos por um período de um ano (julho/2007 a julho/2008) a coluna do jornalista Clóvis Rossi.

Neste período, observamos algo inusitado; pois durante o mês de junho de 2008, Rossi finalizou por sete vezes seus artigos com um sinal de interrogação. Dessa maneira, nos propusemos a analisar este fato sob a ótica discursiva.

Como o espaço destinado a discorrer sobre o assunto é restrito, escolhemos refletir com mais profundidade somente um artigo e faremos de forma breve a análise dos excertos finais de cada artigo que serviram de mote para este trabalho e ao qual reproduzimos abaixo:

E2. Muita gente vai dizer que é demagogia, que é uma retórica démodé. Mas é mentira?

ROSSI, Clóvis. Verdades fora de moda. Caderno de Opinião. A2. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 jun. 2008.

E3. PS – Saiu a inflação de maio. A maior para o mês desde 1996. Também não preciso repetir a coluna de ontem, certo?

ROSSI, Clóvis. De ódio e de princípios. Caderno de Opinião. A2. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 jun. 2008.

E4. Você aí acha, honestamente, que um só, unzinho só, desses princípios vigora no Brasil?

ROSSI, Clóvis. Jaboticaba jurídica. Caderno de Opinião. A2. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 jun. 2008.

E5. Alguma surpresa, ante a metamorfose ambulante dessa gente, que o noticiário político tenha virado noticiário policial, envolvendo quase sempre partidos da base aliada ao governo, como, de resto, no caso da obra no Rio?

ROSSI, Clóvis. O braço armado da obra. Caderno de Opinião. A2. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 jun. 2008.

E6. De acordo, Roberts. De acordo, Fabio. Mas alguém aí acredita que uma fatia ponderável da humanidade aceitará deixar de comer morangos 12 meses ao ano (e morango é apenas um símbolo de todo o resto) em plena era do triunfo avassalador do individualismo?

ROSSI, Clóvis. O arroz e o morango. Caderno de Opinião. A2. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 jun. 2008.

E7. Se Marcio Pochmann, presidente do Ipea, diz que o Brasil é "primitivo", mesmo com a queda apontada na desigualdade de salários, como qualificá-lo quando se verifica que não há queda na obscena desigualdade de renda?

ROSSI, Clóvis. A perpetuação da lenda. Caderno de Opinião. A2. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 jun. 2008.

Muito embora não possamos discorrer com mais profundidade sobre cada excerto, tendo em vista a necessidade de analisar integralmente cada artigo opinativo (estabelecendo a cenografia de cada texto), observamos uma regularidade que possibilita-nos refletir sobre a noção de *ethos* discursivo.

Nos excertos 2 a 7, percebemos na materialidade linguística um tom mais intimista tecido por Rossi, uma vez que instiga e antecipa a concordância de opinião de seus leitores. Assim, há uma construção dialógica explícita que (d)enuncia a atitude responsiva dos interlocutores.

Como vimos também nos excertos, há uma predileção do jornalista por estruturar seu discurso no enfoque sociopolítico, além disso, quando Rossi conclui um número considerável de artigos, no mesmo mês, com uma pergunta, fica-se o questionamento sobre que efeito ou intenção estas construções foram elaboradas.

Neste caso, chega-se a uma possível hipótese de que o autor pressupõe que seus interlocutores, ou a maioria deles, compartilham de sua opinião. Dessa maneira, em vez de fazer uma afirmação categórica para finalizar seus artigos, o articulista prefere fazer uma espécie de questionamento dialógico, no qual deixa para o leitor finalizar e chegar às conclusões de forma mais dinâmica.

Quando nos habilitamos a discutir sobre a noção de *ethos* discursivo no texto de Clóvis Rossi, chamamos a atenção para a necessidade de se observar a regularidade discursiva, pois não é em apenas um texto de determinado autor que podemos fazer tais afirmações.

Assim, quando refletimos com mais profundidade sobre apenas um artigo de Rossi, ancoramo-nos igualmente na observação integral de outros textos do autor que serviram de *corpora* para instigar-nos no aprofundamento desta investigação. Por meio deste estudo, podemos observar também que a natureza enunciativa da pontuação revela-nos a impossibilidade de uma análise exclusivamente objetiva e sistêmica, uma vez que a questão estilística traz em cena as propriedades subjetivas da linguagem.

Sendo assim, verificamos que a pontuação é um elemento que nos ajuda a perceber a variação de tom no discurso, o que nos estimula a deixar de fazer uma leitura ingênua, para uma leitura mais crítica do texto.

6. Considerações finais

Neste artigo, observa-se que o autor deixa transparecer o *ethos* discursivo e os tons valorativo-emocionais na construção do texto, uma vez que algumas pistas no fio do discurso ajudam a evidenciar a presença de outras vozes na superfície textual.

Desse modo, ao ressaltarmos apenas os excertos finais de cada artigo de Rossi, vemos uma posição subjetiva em que o autor finaliza cada texto com uma pergunta já prevendo a atitude responsiva de seus interlocutores. O locutor não afirma explicitamente sua opinião, mas leva ao decorrer do texto e até o final seu interlocutor compartilhar e muitas vezes concordar com suas ideias.

Em consonância com esta linha de raciocínio, a noção do *ethos* permite-nos refletir sobre a adesão dos interlocutores a um determinado posicionamento opinativo, pois a persuasão argumentativa é construída através da materialidade linguística, onde se encontram signos linguísticos e também ideográficos. Sobre estes últimos, os sinais de pontuação apresentam-se como recursos necessários na constituição dos sentidos.

Ao suscitar as questões ligadas ao emissor do texto escrito, como a presença do tom e a constituição dialógica dos enunciados, também não podemos deixar de considerar a questão da representação de si que o próprio locutor engendra em seu discurso.

Neste caso, nas análises da materialidade linguística, a noção do *ethos* é um recurso que nos ajuda a entender as questões relacionadas aos fenômenos discursivos na mídia impressa.

Sendo assim, cabe salientar a importância que os sinais de pontuação têm no discurso. Junto com o desenvolvimento dessa nova proposta para o assunto, nosso desafio é estimular futuras pesquisas e aplicações didáticas que tenham como escopo o ensino e aprendizagem da pontuação pelo viés bakhtiniano.

ANEXO

Leia o Rossi, por favor

ROMA - Transfiro hoje a coluna para outro Rossi, o jurista e filósofo italiano Guido Rossi (nenhum parentesco, que eu saiba).

Está lançando o livro "Porque filosofia", motivo pelo qual deu bela entrevista ao "La Repubblica".

A entrevista percorre diferentes temas, mas me limito, por motivos de espaço, às relações mercados/Estado.

Diz: "A regulação não se adequou às novas dimensões dos mercados. (...) Basta pensar na crise alimentar, na emergência de uma nova fome mundial, que se discutiu estes dias na cúpula de Roma da FAO: não existem regras à altura da dimensão desta calamidade".

"[Calamidade] que coloca em questão as multinacionais da agroalimentação e da biogenética, os protecionismos supranacionais dos americanos e dos europeus, a estratégia energética, a financeirização do capitalismo, que invadiu até o [mercado] futuro dos gêneros alimentícios necessários para a sobrevivência."

"Enquanto os grandes poderes da economia se movem neste horizonte global, as autoridades públicas carecem de capacidade de projetar-se na mesma dimensão. Devemos começar pela Europa, com a construção, por exemplo, de uma verdadeira agência europeia com poderes sobre os mercados financeiros do continente."

Espero que esse outro Rossi se sinta menos solitário ao dizer essas coisas, que são mero sentido comum, mas, ainda assim, estão marginalizadas da discussão.

Mas temo que fale sozinho. Ele próprio diz, na entrevista, que "os filósofos de hoje se refugiam na metafísica, falando de um mundo que não existe; fogem de suas responsabilidades".

Será que ele conhece os filósofos brasileiros, parte dos quais, em vez da metafísica, se refugiou em teorias conspiratórias imbecis em vez de pensar esse mundo complicado que nos toca viver?

crossi@uol.com.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In: BARROS, Diana L. P de; FIORIN, José L. (Org.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: Em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 1994.
- BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Escrita, leitura, dialogicidade. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- BRITO, Eliana Vianna. A linguagem da mídia impressa no contexto escolar: contribuições para formação crítica do professor-educador. In: CASTRO, Solange T. Ricardo; SILVA, Elisabeth Ramos da (Org.). *Formação do Profissional Docente: Contribuições de pesquisas em Lingüística Aplicada*. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2006. p.149 – 166.
- CAVALCANTI, J. R. Considerações sobre o ethos do sujeito jornalista. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (Org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 43. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.
- CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Dias (Org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor Editora, 1996.
- _____. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- DAHLET, Véronique. *As (man)obras da pontuação: usos e significações*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- _____. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- DURRENMATT, Jacques. *La ponctuation*. Besançon: La Licorne, 2000.
- FOLHA DE S. PAULO. *Manual Geral de Redação*. 2.^a ed. rev. aum. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1987.
- GIACOMOZZI, Gílio et alli. *Dicionário de Gramática*. São Paulo: FTD, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

- _____. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (Org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2ª edição. Campinas: Pontes, 2005.
- POSSENTI, Sírio. *Notas sobre a noção de efeito de sentido*. Comunicação apresentada no XLIV Seminário do GEL/1996 – UNITAU – Taubaté - SP. Campinas (SP), 1997, p. 722-727.
- SILVA, Anderson C. *A pontuação e a constituição de sentidos: um estudo sob o viés bakhtiniano*. 2009. 148f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade de Taubaté. Taubaté, 2009.
- SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Editora Loyola, 2002.

Recebido em julho de 2009
Aprovado em novembro de 2009